

OLAVO DE OLIVEIRA NETO
ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO
PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume 1 - Parte Geral
(Lei n.º 13.105/15 - Novo CPC)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira Neto, Olavo de

Curso de direito processual civil / Olavo de Oliveira Neto, Elias Marques de Medeiros Neto, Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira. – 1. ed. – São Paulo : Editora Verbatim, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8399-012-3

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Medeiros Neto, Elias Marques de. II. Oliveira, Patrícia Elias Cozzolino de. III. Título.

15-01180

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|--------------------------------------|-----------|
| 1. Brasil : Direito processual civil | 347.9(81) |
| 2. Brasil : Processo civil | 347.9(81) |

EDITOR: Antonio Carlos Alves Pinto Serrano

ASSISTENTE EDITORIAL: Marina Magalhães Serrano

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Alves Pinto Serrano, André Mauro Lacerda Azevedo, Fernando Reverendo Vidal Akaoui, Fulvio Gianella Júnior, José Luiz Ragazzi, Hélio Pereira Bicudo, Luiz Alberto David Araujo, Luiz Roberto Salles, Marcelo Sciorilli, Marco Antônio Moreira da Costa, Marilena I. Lazzarini, Motaui Ciochetti Souza, Oswaldo Peregrina Rodrigues, Roberto Ferreira Archanjo da Silva, Suelli Dallari, Vanderlei Siraque, Vidal Serrano Nunes Júnior, Vinicius Silva Couto Domingos.

ASSISTENTES EDITORIAIS: Bárbara Pinzon de Carvalho Martins e Klaus Prellwitz

CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Manuel Rebelato Miramontes

Direitos reservados desta edição por

EDITORA VERBATIM LTDA.

Rua Zacarias de Góis, 2006

CEP 04610-000 – São Paulo – SP

Tel. (0xx11) 5533.0692

www.editoraverbatim.com.br

e-mail: editoraverbatim@editoraverbatim.com.br

SUMARIO

PREFÁCIO.....	3
PLANO DA OBRA	5
OS AUTORES.....	9

Livro I **NOÇÕES PROPEDEÚTICAS.**

1. NOÇÕES PRELIMINARES	29
1.1. Vocabulário básico de direito processual civil.	29
1.2. A estrutura do Código de Processo Civil.	34
1.3. Breve evolução histórica do direito processual civil.	37
1.3.1. Importância da história do direito.	37
1.3.2. O Direito sem escrita.	38
1.3.3. O Direito dos povos antigos.	39
a) Código de Hamurabi.	40
b) Código de Manu.	42
1.3.4. O Direito na Grécia.	43
1.3.5. O Direito Romano.	44
1.3.6. O Direito dos povos germânicos.	47
1.3.7. O processo comum (1088 até 1868).	49
1.3.8. Processo civil científico	51
1.4. O direito processual civil brasileiro.	52
1.5. As normas processuais e sua aplicação.	57
1.5.1. Norma processual no espaço (eficácia espacial ou territorial).	59
1.5.2. Norma processual no tempo (eficácia temporal).	60
Verificação de Aprendizagem.....	62
Planificação para aula.....	63
Bibliografia.....	65

2. NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	67
2.1. A reforma ideológica do processo civil e o CPC de 1973.....	67
2.2. Constitucionalização do direito processual civil e Modelo constitucional do processo.	71
2.3. A revisitação dos institutos processuais.	75
Verificação de Aprendizagem.....	76
Planificação para aula.....	77
Bibliografia	77
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL	79
3.1. Princípios constitucionais do processo civil.....	81
a) Princípio do devido processo legal.	81
b) Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (do direito de ação).	83
c) Princípio do acesso à Justiça.	85
d) Princípio do contraditório.	86
e) Princípio da ampla defesa.....	88
f) Princípio da Isonomia.	90
g) Princípio do Juiz Natural.	93
h) Princípio da publicidade dos atos processuais.	95
i) Princípio da fundamentação das decisões judiciais.	97
j) Princípio do duplo grau de jurisdição.	105
k) Princípio da proibição da prova ilícita.	106
l) Princípio da celeridade processual.	108
1. Meios que garantem a celeridade de tramitação.....	111
2. Razoável duração do processo.....	112
3.2. Princípios informativos do processo civil.	115
a) Princípio dispositivo.	117
b) Princípio do impulso oficial.	119
d) Princípio da paridade de tratamento.	123
e) Princípio da oralidade.....	126
f) Princípio da economia processual.....	128
g) Princípio da fungibilidade	130

h) Princípio da lealdade processual.....	131
Verificação de Aprendizagem.....	133
Planificação para aula.....	134
Bibliografia.....	137
4. MECANISMOS COGNITIVOS DO PROCESSO CIVIL	141
4.1. Teoria da cognição.	142
4.2. Relação de prejudicialidade.	146
4.2.1. Breve apresentação do instituto.....	146
4.2.2. Evolução do conceito de relação de prejudicialidade.....	148
a) Escorço histórico.....	148
b) Concepção hodierna.....	151
c) Classificação proposta por Barbosa Moreira.	155
Verificação de Aprendizagem.....	159
Planificação para aula.....	160
Bibliografia.....	161

Livro II **INSTITUTOS FUNDAMENTAIS** **DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

5. TUTELA JURISDICIONAL.....	165
5.1. Considerações gerais.....	165
5.2. Poderes inerentes à jurisdição.	167
5.3. Características.	168
5.4. Definição.	171
5.5. Tutela jurisdicional de direitos.....	173
5.6. Classificação das tutelas jurisdicionais.....	175
5.7. Procedimentos de jurisdição voluntária (não contenciosos).....	179
Verificação de Aprendizagem.....	182
Planificação para aula.....	183
Bibliografia.....	184
6. DIREITO DE AÇÃO	187
6.1. Evolução histórica.	187

6.2. As condições da ação no atual ordenamento processual.	194
a) As partes	200
b) O Objeto (pedido).....	203
c) A causa de pedir.	204
6.3. As condições da ação.	205
a) Legitimidade de parte	205
b) Interesse de agir.	208
Verificação de Aprendizagem.....	213
Planificação para aula.....	214
Bibliografia.....	215
7. PROCESSO	219
7.1. Principais vertentes de pensamento acerca da natureza do processo.	219
7.1.1. Natureza contratual.	219
7.1.2. O processo como relação jurídica.....	220
7.1.3. Outras concepções relevantes sobre a natureza do processo.	223
7.1.4. A revisitação do processo.....	225
7.1.5. O que é instituição?.....	226
7.1.6. O processo como instituição constitucional.	228
7.2. Definição.	229
7.3. Finalidade.	230
7.4. Características.....	232
7.5. Pressupostos.....	234
Verificação de Aprendizagem.....	239
Planificação para aula.....	240
Bibliografia.....	242

Livro III **ELEMENTOS ESSENCIAIS** **À ESTRUTURA BÁSICA DO PROCESSO**

8. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL.....	247
8.1. Os limites da jurisdição brasileira.....	247
8.2. Cooperação internacional.....	252

Verificação de Aprendizagem.....	254
Planificação para aula.....	254
Bibliografia.....	255
9. COMPETÊNCIA INTERNA.....	257
9.1. Definição.....	257
9.2. Critérios determinativos.	259
a) Critério objetivo.....	259
b) Critério funcional.....	261
c) Critério territorial.....	265
9.3. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	271
9.4. Competência absoluta e competência relativa.	273
9.5. Foro de eleição.	275
9.6. Cooperação nacional.	277
Verificação de Aprendizagem.....	279
Planificação para aula.....	280
Bibliografia.....	280
10. CONEXÃO DE CAUSAS.....	283
10.1. Noções gerais.	283
a) A conexão na França.....	284
b) A conexão na Alemanha.	286
10.2. A teoria tradicional. (Teoria clássica ou Teoria de Pescatore)	287
10.2.1. Conteúdo.....	287
10.2.2. Influência da teoria tradicional.....	289
a) Influência na Itália.....	290
b) Influência no Brasil.	291
10.2.3. Outras teorias acerca da conexão de causas: a) A teoria de Canelutti (Teoria da identidade de questões).	293
b) A teoria materialista.	293
a) A teoria de Canelutti (Teoria da identidade de questões).....	294
b) A teoria materialista.	302
10.3. Nossa posição acerca da conexão de causas.	303
10.4. Atual perfil da conexão de causas.....	308

10.5. Possibilidade de aplicação da teoria materialista da conexão em face do Direito Positivo Brasileiro.	314
10.6. Continência de causas.	317
Verificação de Aprendizagem.....	320
Planificação para aula.....	321
Bibliografia.....	322
11. AS PARTES E OS PROCURADORES	325
11.1. Capacidade processual.....	325
a) Incapazes.	326
b) Cônjuges.	328
c) Pessoas jurídicas e universalidades.....	332
d) Regularização da capacidade processual em juízo.....	333
11.2. Dos deveres das partes e dos seus procuradores.....	334
11.2.1. Litigância de má-fé.....	338
a) Taxatividade e limites subjetivos.	338
b) Processamento e conteúdo.	340
11.2.2. Despesas processuais.	343
a) Despesas e multas.	345
b) Honorários advocatícios.	347
11.2.3. Da gratuidade de justiça	352
a) Limites do benefício.....	352
b) Processamento.....	355
11.3. Dos procuradores.	357
11.4. Sucessão das partes e dos procuradores.....	360
a) Sucessão das partes.	360
b) Sucessão dos procuradores.	363
11.5. Substituição processual.	365
Verificação de Aprendizagem.....	367
Planificação para aula.....	369
Bibliografia	371
12. LITISCONSÓRCIO	373
12. 1. Definição.....	373

12.2. Classificação.	374
12.2.1. Litisconsórcio unitário ou simples.	375
a) Distinção do litisconsórcio necessário.	375
b) Conteúdo.	377
12.2.2. Litisconsórcio necessário ou facultativo.	379
a) Distinção.	379
12.3. Princípio da autonomia dos litisconsortes.	385
12.4. Intervenção <i>iussu iudicis</i>	387
Verificação de Aprendizagem.	389
Planificação para aula.	390
Bibliografia.	391
13. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.	393
13.1. Noções Gerais.	393
13.1.1. Definição.	394
13.1.2. Interesse.	395
13.1.3. Classificação.	398
13.2. Assistência.	401
13.2.1. Definição.	401
13.2.2. Admissão do assistente.	403
13.2.3. Assistência simples e assistência litisconsorcial.	405
13.3. Denúnciação da lide.	407
13.3.1. Denominação.	407
13.3.2. Definição e natureza.	409
13.3.3. Hipóteses de cabimento.	411
13.3.4. Processamento.	415
13.4. Chamamento ao processo.	420
13.4.1. Definição e natureza.	420
13.4.2. Hipóteses de cabimento.	423
13.4.3. Processamento.	426
13.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.	427
13.5.1. A desconsideração da personalidade jurídica.	427

13.5.2. Perfil do incidente.	429
13.6. <i>Amicus curiae</i>	432
13.6.1. Noções gerais.	432
13.6.2. Natureza e definição.	433
13.6.3. Admissão no processo.	435
Verificação de Aprendizagem.	439
Planificação para aula.	440
Bibliografia.	444
14. OS PERSONAGENS DO PROCESSO.	447
14.1. Magistratura.	447
14.1.1. Definição.	447
a) Acepção objetiva.	448
b) Acepção subjetiva.	449
14.1.2. Seleção dos magistrados.	451
14.1.3. Garantias constitucionais.	453
14.1.4. Princípios insertos no CPC.	455
14.1.5. Impedimento e suspeição do magistrado.	459
a) Hipóteses de ocorrência.	459
14.2. Auxiliares da Justiça.	465
14.3. Ministério Público.	468
14.3.1. Generalidades.	468
14.3.2. Princípios institucionais.	471
14.3.3. Atribuições no juízo cível.	472
14.4. Da Advocacia Pública.	474
14.5. Defensoria Pública.	479
14.5.1. Generalidades.	479
14.5.2. Princípios institucionais e objetivos.	481
Verificação de Aprendizagem.	484
Planificação para aula.	485
Bibliografia.	487

15. TEORIA GERAL DOS ATOS PROCESSUAIS.....	489
15.1. Noções gerais.	489
15.2. Princípios.	491
15.3. Classificação.....	498
a) Atos da parte.	499
b) Atos do juiz.	500
c) Atos dos auxiliares da Justiça.	502
15.4. Lugar dos atos processuais.....	503
15.5. Flexibilização do procedimento.....	504
Verificação de Aprendizagem.....	506
Planificação para aula.....	506
Verificação de Aprendizagem.....	506
Planificação para aula.....	506
Bibliografia	507
16. TEORIA DOS PRAZOS	509
16.1. Definição.....	509
16. 2. Princípios.....	510
a) Paridade de tratamento.	511
b) Brevidade e utilidade.	513
c) Não continuidade.	514
d) Inalterabilidade.	515
16.3. Classificação.....	516
16. 4. Contagem.	518
16. 5. Verificação dos prazos e penalidades.....	523
16. 6. Tempo dos atos processuais.....	525
16. 7. Preclusão.....	528
Verificação de Aprendizagem.....	531
Planificação para aula.....	532
Bibliografia	533
17. ATOS PROCESSUAIS EM ESPÉCIE	535
17.1. Comunicações dos atos processuais.....	535

17.2. Das cartas.	536
17.3. Da citação.....	539
17.3.1. Noções gerais.	539
a) Definição e natureza jurídica.	539
b) Necessidade.....	542
c) Destinatário e local.	544
17.3.2. Efeitos.	545
17.3.3. Modalidades.	548
a) Citação real indireta: correio e meio eletrônico.....	548
b) Citação real direta: oficial de justiça e escrivão.	551
c) Citação ficta ou presumida: edital e hora certa.	552
17.4. Intimações.	557
17.5. Distribuição e registro.	560
17.6. Do valor da causa.	564
a) Necessidade e mensuração.	564
b) Finalidades.	566
c) Impugnação.....	568
Verificação de Aprendizagem.....	569
Planificação para aula.....	569
Bibliografia.....	571
18. TEORIA DAS NULIDADES	573
18.1. Noções gerais.	573
18.2. Regimes de decretação de nulidades.	575
18.3. Classificação.....	576
18.4. Princípios.....	579
Verificação de Aprendizagem.....	581
Planificação para aula.....	582
Bibliografia.....	582
19. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	585
19.1. Formação.	585
19.2. Suspensão.	588

19.3. Extinção.....	592
Verificação de Aprendizagem.....	593
Planificação para aula.....	594
Bibliografia.....	594
20. DAS MEDIDAS CAUTELARES AS TUTELAS DE URGÊNCIA.....	597
20.1. O processo cautelar como uma terceira espécie de processo.....	597
20.2. Evolução do processo cautelar no Brasil.	600
20.3. Perfil da tutela antecipada no CPC de 1973.	605
20.3.1. Âmbito de cabimento.....	605
20.3.2. Concessão da medida.....	606
20.3.3. Requisitos.	608
20.4. Perfil da tutela cautelar no CPC de 1973.	610
20.4.1. O processo cautelar.....	610
20.4.2. Poder geral de cautela.....	613
20.4.3. Procedimento cautelar.....	615
Verificação de Aprendizagem.....	617
Planificação para aula.....	618
Bibliografia.....	619
21. TUTELA PROVISÓRIA.....	621
21.1. Noções gerais.....	621
21.1.1. Classificação.....	622
21.1.2. Eficácia.	624
21.1.3. Efetivação.	626
21.1.4. Demais aspectos tratados.	628
21.2. Tutela de urgência.	629
21.2.1. Perfil.	629
21.2.2. Requisitos.....	631
21.2.3. Liminar.....	633
21.2.4. Responsabilidade por dano causado pela tutela de urgência.	637
21.3. Tutela antecipada antecedente.....	638
21.3.1. Estabilização da tutela de urgência.	638

21.3.2. Petição simplificada.	640
21.3.3. Aditamento ou emenda da petição simplificada.....	643
21.3.4. Estabilização do provimento.....	645
21.4. Tutela cautelar antecedente.....	649
21.4.1. Noções iniciais.....	649
21.4.2. Procedimento.....	650
21.5. Tutela de evidência.....	655
21.5.1. Definição.....	655
21.5.2. Hipóteses de cabimento.....	657
Verificação de Aprendizagem.....	660
Planificação para aula.....	661
Bibliografia	666

OLAVO DE OLIVEIRA NETO
ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO
PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume 2 – Tutela de Conhecimento
(Lei n.º 13.105/15 - Novo CPC)



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	3
OS AUTORES.....	7

Livro I ESTRUTURA DO PROCEDIMENTO COMUM

1. PROCEDIMENTO	27
1.1. Definição.....	27
1.2. Classificação dos procedimentos.	29
1.3. Fases do procedimento comum.	31
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	33
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	33
BIBLIOGRAFIA	33
2. PETIÇÃO INICIAL.....	35
2.1. Noções gerais.	35
2.2. Requisitos.	38
2.3. Documentos.	42
2.4. Recebimento e emenda.....	43
2.5. Indeferimento.	45
a) Taxatividade dos critérios de indeferimento.	45
b) Hipóteses legais.	47
c) Impugnação da decisão que indefere a inicial.....	49
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	52
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	53
BIBLIOGRAFIA	53
3. PEDIDO.....	55
3.1. Definição.....	55
3.2. Certeza e determinação do pedido.	57
3.3. Pedido determinado e dano moral.	60

3.4. Classificação.....	67
a) Quanto ao destinatário.....	67
b) Quanto à quantidade.....	67
c) Quanto ao momento processual.	68
d) Quanto à forma.....	69
3.5. Cumulação de pedidos (art. 327, do CPC).....	71
3.6. Interpretação e pedidos implícitos.....	73
3.7. Princípio da congruência.....	75
3.8. Improcedência liminar do pedido	76
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	78
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	79
BIBLIOGRAFIA	80
4. DEFESA DO RÉU.....	83
4.1. Bilateralidade da ação.	83
4.2. Classificação.	84
4.3. Meios de defesa.....	87
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	88
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	88
BIBLIOGRAFIA	89
5. CONTESTAÇÃO	91
5.1. Definição.....	91
5.2. Princípio da eventualidade, ônus da impugnação específica dos fatos e contestação por negação geral.....	93
5.3. Preliminares de contestação.	96
5.4. Incidente de correção de ilegitimidade passiva.	104
5.5. Aspectos formais.....	106
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	108
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	109
BIBLIOGRAFIA	110
6. RECONVENÇÃO.....	113
6.1. Considerações gerais.....	113
6.2. Natureza jurídica.	115

6.3. Definição.	117
6.4. Requisitos.	118
6.5. Processamento.	122
6.6. Autonomia quanto a decisões das pretensões contidas na ação e na reconvenção.	125
6.7. Casuística.	126
a) Pedido contraposto.	126
b) Ações de natureza dúplice.	129
c) Reconvenção da reconvenção.	130
d) Provimentos declaratórios.	132
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.	133
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.	134
BIBLIOGRAFIA.	135
7. REVELIA.	137
7.1. Noções gerais.	137
7.2. Efeitos da revelia.	140
a) Presunção de veracidade.	141
b) Fluência dos prazos.	142
c) Aceleração do curso do processo.	143
7.3. Causas de elisão dos efeitos da revelia.	143
7.4. Casuística.	146
a) Comparecimento do réu revel em juízo.	146
b) Proibição da alteração do pedido e da causa de pedir.	148
c) Revelia nos embargos do devedor.	149
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.	152
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.	152
BIBLIOGRAFIA.	153
8. SANEAMENTO.	155
8.1. Noções gerais.	155
8.2. Providências preliminares.	156
a) Não incidência dos efeitos da revelia.	157
b) Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.	159

c) Alegações do réu.....	160
8.3. Julgamento conforme o estado do processo.....	161
a) Extinção do processo.....	163
b) Do julgamento antecipado do mérito.	165
c) Julgamento antecipado parcial do mérito.....	167
8.4. Saneamento e organização processo.	168
8.4.1. Evolução recente.	168
8.4.2. Natureza e definição.	170
8.4.3. Conteúdo da decisão.	174
8.4.4. Aspectos procedimentais.	176
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	178
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	178
BIBLIOGRAFIA	180
9. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	183
9.1. Noções introdutórias.....	183
9.2. Poder de polícia em audiência.....	185
9.3. Princípios.....	189
9.4. Espécies.....	192
9.5. Dinâmica da audiência.....	194
9.6. Adiamento da audiência.....	198
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	200
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	200
BIBLIOGRAFIA	202

Livro II DA PROVA JUDICIÁRIA.

10. TEORIA GERAL DA PROVA	205
10.1. Considerações iniciais.....	205
10.2. Definição.	206
10.3. Finalidade.....	208
10.4. Classificação.....	210
10.5. Objeto.....	212

10.5.1. Ponto e questão.	212
10.5.2. Questões de fato e questões de direito.	214
10.5.3. A prova das questões de direito.	216
10.5.4. A prova das questões de fato.	218
10.5.5. Fatos notórios, indícios, presunções e máximas de experiência.	221
a) Fatos notórios.	221
b) Indícios e presunções.	223
c) Máximas de experiência.	226
10.6. Ônus da prova.	228
10.7. Valoração da prova.	234
10.8. Meios de prova e provas atípicas.	237
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.	239
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.	240
BIBLIOGRAFIA.	244
11. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS DA PROVA.	249
11.1. Da produção antecipada de provas.	250
11.1.1. Natureza e definição.	250
11.1.2. Hipóteses de cabimento.	253
11.1.3. Procedimento.	256
11.2. Arrolamento de bens.	259
11.3. Justificação.	260
11.4. Da exibição de documento ou coisa.	262
11.4.1. Definição, natureza e objeto.	262
11.4.2. Procedimento.	264
a) Exibição contra a parte.	265
b) Exibição contra terceiro.	267
c) Escusas.	268
d) Preceito cominatório.	269
11.5. Da arguição de falsidade.	272
a) Natureza jurídica.	273
b) Objeto.	274

c) Procedimento.....	276
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	277
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	278
BIBLIOGRAFIA	280
12. MEIOS DE PROVA PREDOMINANTEMENTE ESCRITOS	283
12.1. Da prova documental.	283
a) Noções gerais.	283
b) Definição.	284
c) Classificação.....	286
12.2. Da força probante dos documentos.....	289
12.3. Produção da prova documental.	292
12.4. Da ata notarial.	295
12.5. Documentos eletrônicos.	297
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	298
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	299
BIBLIOGRAFIA	300
13. MEIOS DE PROVA PREDOMINANTEMENTE ORAIS	303
13.1. Noções introdutórias.	303
13.2. Confissão	304
a) Natureza e definição.	304
b) Elementos	306
c) Espécies.....	309
d) Revogação e retratação.....	310
13.3. Depoimento pessoal.....	311
a) Legalidade.	311
b) Procedimento.	314
c) Interrogatório livre.....	316
13.4. Prova testemunhal.	318
13.4.1. Perfil da testemunha.	319
13.4.2. Admissibilidade.....	321
13.4.3. Da produção da prova testemunhal.....	324

a) Rol de testemunhas.....	325
b) Local do depoimento.....	327
c) Intimação.....	329
d) Inquirição.....	331
e) Testemunha referida e acareação.	333
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	334
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	335
BIBLIOGRAFIA	339
14. OUTROS MEIOS DE PROVA	341
14.1. Prova pericial.	341
14.1.1. O perito.....	343
a) Perfil legal.....	343
b) Remuneração.	346
14.1.2. Tipos legais.	349
14.1.3. Admissibilidade.	351
14.1.4. Espécies.	353
14.1.5. Produção da prova.....	357
14.1.6. Laudo pericial.....	361
14.2. Da inspeção judicial.....	362
14.2.1. Generalidades.....	362
14.2.2. Procedimento.....	364
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	365
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	365
BIBLIOGRAFIA	367

Livro III

SENTENÇA E COISA JULGADA

15. SENTENÇA	371
15.1. Evolução do conceito e definição.	371
15.2. Função da sentença.....	374
15.3. Espécies.....	376
15.3.1. Sentença terminativa – Hipóteses de cabimento.....	378

15.3.2. Sentença terminativa – Peculiaridades.	382
15.3.3. Sentença definitiva.	386
15.4. Elementos essenciais.	388
15.4.1. Relatório.	390
15.4.2. Fundamentação.	392
15.4.3. Dispositivo.	396
15.5. Determinação do pedido na sentença.	398
15.6. Efeitos da sentença - Hipoteca judiciária.	400
15.7. Remessa necessária.	403
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.	406
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.	407
BIBLIOGRAFIA.	410
16. JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, DE NÃO FAZER E DE ENTREGA DA COISA.	413
16.1. Adimplemento específico.	413
16.2. Conversão em perdas e danos e multa.	415
16.3. Obrigação de entregar coisa.	418
16.4. Ação que tenha por objeto emissão de declaração de vontade.	419
VERIFICAÇÃO DE APREDIZAGEM.	420
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.	421
BIBLIOGRAFIA.	421
17. COISA JULGADA.	423
17.1. Evolução do conceito e definição.	423
17.2. Espécies.	426
17.3. Decisões que não produzem coisa julgada.	428
17.4. Limites.	430
a) Objetivos.	430
b) Subjetivos.	436
17.5. Eficácia preclusiva da coisa julgada.	438
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.	441
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.	442
BIBLIOGRAFIA.	444

18. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	447
18.1. Noções iniciais.	447
18.2. Limites objetivos.	449
18.3. Natureza jurídica.....	452
18.4. Espécies.....	456
a) Cálculo.....	456
b) Arbitramento.....	459
c) Artigos.	462
18.5. Alcance da decisão que encerra a fase.....	464
18.6. Preclusão e liquidação.	465
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	467
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	468
BIBLIOGRAFIA	469

Livro IV

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

19. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	475
19.1. Noções iniciais.	475
19.2. Definição e natureza.....	476
19.3. Legitimidade ativa.....	478
19.4. Espécies de consignação.	479
a) Consignação extrajudicial.....	479
b) Consignação judicial.	480
c) Consignação em caso de dúvida.	483
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	485
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	485
BIBLIOGRAFIA	487
20. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	489
20.1. Noções iniciais.....	489
20.2. Procedimento.	490
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	493
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	494

BIBLIOGRAFIA	494
21. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	495
21.1. A proteção da posse.....	495
21.2. Disposições comuns às ações possessórias.....	497
21.3. Procedimento nas ações de reintegração e de manutenção de posse.	501
21.4. Ação de interdito proibitório.	505
21.5. Ações possessórias multitudinárias.....	507
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	508
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	509
BIBLIOGRAFIA	511
22. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES	513
22.1. Disposições gerais.	513
22.2. Demarcação.	514
22.3. Divisão.	515
VERIFICAÇÃO DE APREDIZAGEM.....	517
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	517
BIBLIOGRAFIA	517
23. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	519
23.1. Conceito, partes e objeto.	519
23.2. Procedimento.	521
VERIFICAÇÃO DE APREDIZAGEM.....	524
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	525
BIBLIOGRAFIA	525
24. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	527
24.1. Noções gerais.	527
24.2. Espécies.	531
24.3. Procedimento base.....	531
24.3.1. Disposições gerais.....	532
a) Inventário extrajudicial.....	532
b) Prazo de abertura e de encerramento.	533
c) Questões de alta indagação.	536

24.3.2. Legitimidade e requerimento de abertura.....	538
24.3.3. Inventariante.....	541
a) Ordem de nomeação.....	541
b) Poderes (encargos).	542
c) Primeiras declarações.....	544
d) Remoção do inventariante.....	545
24.3.4. Citações e impugnações.	548
24.3.5. Ultimação do inventário.	549
24.4. Partilha.....	551
a) Processamento.....	551
b) Ação anulatória da partilha.....	554
c) Ação rescisória da partilha.	556
24.5. Arrolamento.	557
24.6. Disposições finais.	560
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	561
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	562
BIBLIOGRAFIA	566
25. EMBARGOS DE TERCEIROS.....	569
25.1. Conceito.	569
25.2. Legitimidade.....	570
25.3. Procedimento.....	573
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	577
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	578
BIBLIOGRAFIA	578
26. OPOSIÇÃO.....	581
26.1. Evolução, natureza e definição.....	581
25.2. Procedimento.	585
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	588
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	588
BIBLIOGRAFIA	590
27. AÇÕES DE FAMÍLIA	591

27.1. Generalidades.....	591
27.2. Espécies.....	592
27.3. Procedimento.....	596
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	597
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	598
BIBLIOGRAFIA.....	598
28. MONITÓRIA	601
28.1. Generalidades.	601
28.2. Natureza e definição.....	604
28.3. Requisitos.	608
28.4. Espécies.	611
28.5. Procedimento.	613
28.6. Defesa.	617
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	619
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	620
BIBLIOGRAFIA.....	621
29. OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS CONTECIOSOS.....	623
29.1. Habilitação.....	623
29.2. Homologação de penhor legal.	624
29.3. Regulação de avaria grossa.	627
29.4. Restauração de autos.....	631
VERIFICAÇÃO DE APREDIZAGEM.....	632
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	633
BIBLIOGRAFIA.....	633
30. DISPOSIÇÕES GERAIS DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	635
VERIFICAÇÃO DE APREDIZAGEM.....	636
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	637
BIBLIOGRAFIA.....	637

OLAVO DE OLIVEIRA NETO

ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO

PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume 3 – Tutela executiva e tutela recursal



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira Neto, Olavo de

Curso de direito processual civil : volume 3 : tutela executiva e tutela recursal /
Olavo de Oliveira Neto, Elias Marques de Medeiros Neto, Patricia Elias Cozzolino
de Oliveira. – São Paulo : Editora Verbatim, 2018. Bibliografia.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8399-045-1

1. Execuções (Direito) - Brasil 2. Processo civil 3. Processo civil - Brasil 4. Re-
cursos (Direito) - Brasil 5. Título executivo - Brasil 6. Tutela jurisdicional - Brasil
I. Medeiros Neto, Elias Marques de. II. Oliveira, Patricia Elias Cozzolino de. III.
Título.

18-11752

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)
2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

1032426

ASSISTENTE EDITORIAL: Marina Magalhães Serrano

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Alves Pinto Serrano, André Mauro Lacerda
Azevedo, Fernando Reverendo Vidal Akaoui, Fulvio Gianella Júnior,
José Luiz Ragazzi, Hélio Pereira Bicudo, Luiz Alberto David Araujo,
Luiz Roberto Salles, Marcelo Sciorilli, Marco Antônio Moreira da Costa,
Marilena I. Lazzarini, Motaui Ciochetti Souza, Oswaldo Peregrina Rodrigues,
Roberto Ferreira Archanjo da Silva, Suelli Dallari, Vanderlei Siraque,
Vidal Serrano Nunes Júnior, Vinicius Silva Couto Domingos.

CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Manuel Rebelato Miramontes

Direitos reservados desta edição por

EDITORA VERBATIM LTDA.

Rua Zacarias de Góis, 2006

CEP 04610-000 – São Paulo – SP

Tel. (0xx11) 5533.0692

www.editoraverbatim.com.br

e-mail: editoraverbatim@editoraverbatim.com.br

SUMARIO

OS AUTORES.....	5
------------------------	----------

TÍTULO I TUTELA EXECUTIVA

I. ESTRUTURA BÁSICA DA EXECUÇÃO FORÇADA

01. ERCORÇO HISTÓRICO DA EXECUÇÃO FORÇADA	29
01.01. A execução em Roma.	29
01.02. Direito intermediário.....	35
01.02.01. A execução no sistema jurídico dos povos germânicos.....	35
01.02.02. Integração dos sistemas executivos Romano e Germânico.....	36
01.03. Direito Português até a Independência do Brasil.	38
01.04. A execução no Brasil.....	40
01.04.01. Da Independência ao CPC de 1973.	40
01.04.02. O CPC de 1973 e suas posteriores reformas – Sexta, sétima e oitava fases do direito processual civil brasileiro.	47
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	49
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	50
BIBLIOGRAFIA	51
02. PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DA EXECUÇÃO CIVIL.....	53
02.01. Noções iniciais.	53
02.02. Princípio da patrimonialidade.....	55
02.03. Princípio da satisfatividade.	57
02.04. Princípio da especificidade.	58
02.05. Princípio da utilidade.	61
02.06. Princípio da autonomia.....	62
02.07. Princípio do título.	64
02.08. Princípio da responsabilidade.....	65
02.09. Princípio da disponibilidade.	67
02.10. Princípio da solidariedade.	68
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	69
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	70
BIBLIOGRAFIA	72

03. TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA	75
03.01. Execução e acerto.....	75
03.02. Natureza jurídica.....	77
03.03. Definição de execução forçada.....	81
03.04. Tutela executiva e contraditório.....	85
03.05. Ato executivo.....	88
a) Definição.	88
b) Classificação.	90
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	94
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	94
BIBLIOGRAFIA	96
04. TÍTULO EXECUTIVO.....	99
04.01. Noções gerais.	99
04.02. Natureza jurídica	101
04.03. Definição.	103
04.04. Espécies.	107
04.04.01. Títulos judiciais – O art. 515 do CPC.....	108
a) Pronunciamentos do juiz.	109
b) Decisões homologatórias.	113
c) Decisões sobre crédito de auxiliares da Justiça.....	114
d) Decisões proferidas fora do âmbito do juízo cível.	116
04.04.02. Títulos extrajudiciais – O art. 784, do CPC.....	118
04.05. Certeza, liquidez e exigibilidade.....	126
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	133
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	134
BIBLIOGRAFIA	136
05. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	139
05.01. Limites objetivos.....	139
05.02. Limites subjetivos.....	142
a) Teoria dualista da obrigação - Dívida e responsabilidade.....	142
b) Responsável executivo primário.	144
c) Responsável executivo secundário.....	145
d) Benefício de ordem.....	146
05.03. Fraude à execução.....	148
05.03.01. Noções introdutórias.....	148

05.03.02. Distinção da fraude contra credores.....	151
a) Modalidades diversas.	151
b) Requisitos da fraude contra credores.	153
c) Ação pauliana.	154
05.03.03. Requisitos.....	156
a) Alienação ou oneração de bens.	157
b) Existência de ação pendente.	158
c) Elemento subjetivo.	160
05.03.04. Hipóteses de ocorrência.	163
05.03.05. Diferença entre fraude à execução e alienação de bem penhorado.....	168
05.03.06. Pronunciamento que decreta a fraude à execução.....	169
05.03.06.01. Decisão interlocutória.	169
a) Constitucionalidade.....	170
b) Decretação de ofício.	172
c) Incidente processual.	174
05.03.06.02. Sentença.	175
a) Ação autônoma.....	176
b) Embargos de terceiro.....	177
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	178
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	179
BIBLIOGRAFIA	185

II. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

06. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	189
06.01. Disposições comuns às várias espécies de cumprimento de sentença.	189
06.02. Do cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	196
06.03. Do cumprimento provisório da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	199
06.04. Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer. Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	200
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	205
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	205
BIBLIOGRAFIA	205

07. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS	209
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	212
PLANIFICAÇÃO DE AULA.....	213
BIBLIOGRAFIA	213
08. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA.	215
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	219
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	219
BIBLIOGRAFIA	220
III. EXECUÇÃO POR QUANTIA	
09. ESTRUTURA FUNDAMENTAL DA EXECUÇÃO POR QUANTIA	223
09.01. Procedimentos executivos e subsidiariedade do procedimento por execução de quantia.....	223
09.02. Denominação e solvência do executado	226
09.03. Definição e fases do procedimento.....	228
09.04. Estrutura comum aos diversos procedimentos executivos.	230
09.05. Petição Inicial.....	231
09.06. Juízo de admissibilidade	236
a) Elementos da ação.	237
b) Condições da ação.	242
09.07. Juízo de mérito.	247
09.08. Suspensão e extinção da execução.....	250
09.08.01. Hipóteses de suspensão.....	250
09.08.02. Hipóteses de extinção.....	253
a) Sentença terminativa e sentença definitiva na execução.	253
b) Casos de extinção com resolução do mérito.	255
c) Caso especial - Prescrição intercorrente.	256
09.09. Coisa julgada.	260
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	264
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	265
BIBLIOGRAFIA	268
10. FASE DE CONSTRUÇÃO	271
10.01. Citação.....	271
10.02. Arresto executivo.	275

10.03. Penhora.....	278
10.03.01. Natureza, finalidade e definição.....	278
10.03.02. Limites e efeitos.	281
10.03.03. Objeto.....	282
a) Bens impenhoráveis.....	285
b) Penhora de salários.....	293
10.03.04. Ordem.....	304
10.03.05. Documentação.....	307
10.03.06. Lugar de realização.	312
10.03.07. Modificações da penhora.	317
a) Substituição.....	317
b) Ampliação e redução.	319
c) Segunda penhora.....	320
d) Alienação antecipada.	321
e) Incidente processual.	323
10.03.08. Outras espécies de penhora.	324
a) Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira.	324
b) Penhora de créditos.	327
d) Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes....	334
e) Penhora de percentual faturamento – art. 866.	336
f) Penhora de frutos e rendimentos de móveis e imóveis.....	338
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	342
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	342
BIBLIOGRAFIA	345
11. FASE DE ALIENAÇÃO.....	349
11.01. Avaliação.....	350
11.01.01. Definição.....	350
11.01.02. Natureza jurídica.	351
11.01.03. Espécies.	354
11.01.04. Incidentes da avaliação.	357
a) Dispensa.	357
b) Nova avaliação.	358
c) Avaliação de imóvel suscetível de cômoda divisão.	359
11.02. A alienação e sua ordem.....	361

11.03. Alienação por iniciativa particular.....	362
a) Evolução do instituto.....	362
b) Requisitos.....	365
11.04. Arrematação.....	367
11.04.01. Natureza jurídica.....	369
11.04.02. Definição.....	371
11.04.03. Procedimento.....	373
a) Edital.....	374
b) Licitantes.....	380
c) Alienação.....	382
e) Pagamento.....	386
f) Documentação.....	387
g) Casuística.....	389
11.04.04. Desfazimento da arrematação.....	392
a) Hipóteses legais.....	392
b) Incidente de desfazimento da arrematação.....	396
c) Ação autônoma.....	398
d) Desistência.....	399
11.04.05. Efeitos.....	401
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	403
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	404
BIBLIOGRAFIA.....	406
12. FASE DE PAGAMENTO.....	409
12.01. Adjudicação.....	409
12.01.01. Noções iniciais.....	409
12.01.02. Natureza e definição.....	411
12.01.03. Requisitos e legitimidade.....	413
12.01.04. Documentação e desfazimento.....	417
12.02. Pagamento.....	419
12.02.01. Pagamento ao credor singular.....	419
12.02.02. Concurso de preferências.....	422
a) Ordem de pagamento.....	422
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	427
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	428
BIBLIOGRAFIA.....	429

IV. DEFESA DO EXECUTADO

13. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	433
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	440
PLANIFICAÇÃO PARA AULA	440
BIBLIOGRAFIA	440
14. EMBARGOS À EXECUÇÃO	443
14.01. Noções introdutórias.....	443
14.02. Natureza jurídica e caráter de defesa.	445
14.03. Definição.....	449
14.04. Hipóteses de cabimento.....	452
14.05. Processamento.	459
14.06. Efeito suspensivo.	464
14.07. Novação unilateral do executado.	466
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	468
PLANIFICAÇÃO PARA AULA	469
BIBLIOGRAFIA	472
15. OUTRAS FORMAS DE DEFESA DO EXECUTADO	475
15.01. Insuficiência dos meios de defesa tradicionais.	475
15.02. Incidente de pré-executividade.....	478
15.02.01. Evolução histórica.....	478
15.02.02. Objeto.....	484
15.02.03. Natureza jurídica.....	487
15.02.04. Definição.	491
15.02.05. Processamento.	492
15.02.06. Honorários advocatícios.....	495
15.02.07. Suspensão da execução	497
15.03. Defesa heterotópica.	499
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	502
PLANIFICAÇÃO PARA AULA	503
BIBLIOGRAFIA	505

V. OUTRAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

16. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	511
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	514
PLANIFICAÇÃO PARA AULA	514
BIBLIOGRAFIA	514

17. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	515
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	518
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	518
BIBLIOGRAFIA	518

TÍTULO II TUTELA RECURSAL

I. DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

01. PRECEDENTES JUDICIAIS	525
01.01. Noções introdutórias.....	525
01.02. (In) Segurança jurídica.....	527
01.03. A doutrina dos precedentes.	533
01.04. Óbices à aplicação da doutrina dos precedentes.....	536
01.05. Perfil legal do precedente judicial.....	539
a) Definição.....	539
b) Hipóteses legais (Tipos legais).....	542
c) Espécies.....	543
e) Alteração (<i>overruling</i>).....	547
19.05. Efetivação dos precedentes: a concomitância de meios processuais.	549
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	551
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	552
BIBLIOGRAFIA	555
02. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	557
02.01. Noções iniciais.....	557
02.02. Processamento.....	558
a) Fase preparatória.....	559
b) Fase de julgamento.....	562
c) Fase de documentação.....	564
02.03. Poderes do relator.....	566
a) Direção do processo.....	567
b) Decisão monocrática.	568
02.04. Decisão não unânime.....	572
a) Embargos infringentes.	572
b) Técnica de julgamento.....	574
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	575
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	576

BIBLIOGRAFIA	577
03. CONFLITO DE COMPETÊNCIA	579
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	581
PLANIFICAÇÃO PARA AULA	581
BIBLIOGRAFIA	581
04. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E ARBITRAL.....	583
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	586
PLANIFICAÇÃO PARA AULA	587
BIBLIOGRAFIA	587
05. AÇÃO RESCISÓRIA.....	589
05.01. Natureza e definição.	589
05.02. Requisitos.	592
05.02.01. Requisitos gerais.	592
05.02.01. Requisitos específicos.	594
a) Decisão de mérito com trânsito em julgado.....	594
b) Prazo de 02 (dois) anos.....	596
c) Cumulação de pedidos.	598
d) Depósito de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.	599
05.03. Hipóteses de cabimento.....	601
a) Fundamentos referentes ao juiz.	602
b) Fundamentos referentes às partes.	605
c) Fundamentos referentes à decisão judicial.	607
d) Fundamentos referentes às provas.	609
05.04. Procedimento.....	612
05.05. Outras formas de impugnação da coisa julgada.....	615
05.05.01. <i>Querela nullitatis insanabilis</i>	615
05.05.02. Ação anulatória.	618
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	620
PLANIFICAÇÃO PARA AULA	621
BIBLIOGRAFIA	623
06. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	625
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	631
PLANIFICAÇÃO PARA AULA	631
BIBLIOGRAFIA	632
07. RECLAMAÇÃO.....	633

07.01. Noções iniciais.	633
07.02. Natureza e definição.	636
07.03. Procedimento.	637
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	641
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	641
BIBLIOGRAFIA	642

II. DOS RECURSOS

08. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	647
08.01. Recorribilidade das decisões.....	647
08.02. Princípios informativos.....	650
08.02.01. Princípio do duplo grau de jurisdição.	651
08.02.02. Princípio da taxatividade.....	655
08.02.03. Princípio da singularidade (unicidade ou unirrrecorribilidade). ..	656
08.02.04. Princípio da fungibilidade.....	658
08.02.05. Princípios da complementariedade (dialeticidade).	661
08.02.06. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	664
08.02.07. Outros princípios recursais: Voluntariedade, Consumação e Irre- corribilidade em separado das decisões interlocutórias.	666
08.03. Meios de impugnação das decisões judiciais.	669
08.04. Definição.	671
08.05. Classificação.....	674
08.06. Juízo de admissibilidade (prelibação) e juízo de mérito (delibação).	676
08.06.01. Pressupostos objetivos.	681
a) Recorribilidade do ato.	681
b) Adequação.....	682
c) Tempestividade.....	683
d) Preparo.....	685
e) Regularidade formal.	688
08.06.02. Pressupostos subjetivos.	690
a) Legitimidade.	690
b) Interesse recursal.	691
08.07. Efeitos.	693
08.07.01. Efeitos que decorrem da mera interposição do recurso.	695
a) Devolutivo e b) regressivo.	695
c) Suspensivo.	698

d) Obstativo e e) diferido.....	700
08.07.02. Efeitos que decorrem do julgamento do recurso.	701
a) Expansivo.	701
08.08. Generalidades.	704
a) Sucedâneos dos recursos.	704
b) Vias anômalas de extinção.	708
c) Recurso adesivo.	711
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	713
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	715
BIBLIOGRAFIA	721
09. APELAÇÃO	723
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	727
PLANIFICAÇÃO PARA AULA	727
BIBLIOGRAFIA.	728
10. AGRAVO.....	729
10.01. Evolução do instituto.	729
10.01.01. O agravo até 1973.	729
10.01.02. Regime original do CPC de 1973.	732
10.01.03. Lei nº 9.139, de 30.11.1995.	733
10.01.04. Lei nº 10.352, de 26.12.2001.....	735
10.01.05. Lei nº 11.187, de 19.10.2005.	738
10.01.06. Tendência: Eliminação do agravo.	740
10.02. Agravo de instrumento.	743
10.02.01. Noções gerais.....	743
10.02.02. Cabimento.	745
a) Decisões com momento de preclusão diferido.	745
b) Rol taxativo?	748
c) Hipóteses legais.	751
10.02.03. Requisitos.....	758
10.02.04. Formação do instrumento.	761
10.02.05. Processamento.....	764
10.03. Agravo interno.....	767
10.03.01. Generalidades.....	767
10.03.02. Cabimento.	770

10.03.03. Processamento.....	771
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	773
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	774
BIBLIOGRAFIA	778
11. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	781
11.01. Natureza, objeto e definição.....	781
11.02. Admissibilidade e mérito.....	785
11.03. Hipóteses de cabimento.....	787
a) Obscuridade.....	788
b) Contradição.....	789
c) Omissão.....	790
d) Erro material.....	791
11.04. Função integrativa e caráter infringente.....	792
11.05. Procedimento.....	796
a) Requisitos da petição do recurso.....	796
c) Processamento.....	804
d) Generalidades: variação do recurso, pré-questionamento e multa.....	805
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	808
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	809
BIBLIOGRAFIA	813
12. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	815
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	818
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	818
BIBLIOGRAFIA	818
13. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	819
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	828
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	828
BIBLIOGRAFIA	828
14. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	829
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	831
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	831
BIBLIOGRAFIA	832